

Fogaça propõe parlamentarismo em 1988 com Sarney

BRASÍLIA — Apoiado em 200 sugestões e em questionários enviados a todos os constituintes, o relator da Subcomissão do Poder Executivo, José Fogaça (PMDB-RS), apresentou anteprojeto instituindo, a partir de janeiro de 1988, um sistema parlamentarista de governo para o Brasil. Por esse documento, logo após a promulgação da nova Constituição, prevista para dezembro, o presidente Sarney deverá prestar novo compromisso perante o Congresso Nacional e nomear o primeiro-ministro e demais integrantes do seu conselho de ministros.

Esta determinação virá numa das disposições transitórias da nova Constituição, se prevalecer a opinião de Fogaça, que, ao apresentar seu parecer, não encontrou qualquer restrição insuperável da subcomissão. Apenas Valdo Barbosa (PDT-RJ), que defende um presidencialismo com Congresso forte, e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que se bate por um parlamentarismo mais ortodoxo, reagiram ao anteprojeto. O presidente da subcomissão, Albério Filho (PMDB-MA), que deseja um mandato de seis anos para Sarney (seu primo), também se manteve em silêncio.

Estas mornas reações foram suficientes para Fogaça passar a acenar com seu anteprojeto como uma mudança definitiva no regime de governo brasileiro, visto que tanto o relator quanto o presidente da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM) e Afonso Arinos (PFL-RJ), também são parlamentaristas. "Depois de quase um século, é possível dizer que o presidencialismo está associado à instabilidade política e à instabilidade de tem sido a garantia do retrocesso", disse Fogaça, em apoio ao seu anteprojeto.

Com 52 artigos, o documento mantém as eleições diretas para presidente da República, sempre 90 dias antes da posse, com maioria absoluta e dois turnos. O mandato presidencial é de quatro anos, sem direito à reeleição, e é o presidente que nomeia e exonera o primeiro-ministro e os ministros de Estado, assim como os generais e comandantes das três Forças.

Chéia de novidades, a proposta de Fogaça cria, pela primeira vez no direito constitucional brasileiro, o conceito de Governo:

"O governo constituído pelo presidente da República, pelo primeiro ministro e demais integrantes do Conselho de Ministros".

O que o relator considera mais importante no seu trabalho é a conceitualização que dá ao presidente da República a responsabilidade pelo Poder Executivo, ressaltando que a sua autoridade é exercida através do Conselho de Ministros. O primeiro-ministro só é nomeado pelo presidente da República após consulta ao partido ou partidos que compõem a maioria parlamentar, podendo ser ou não integrante do Congresso Nacional.

Esse primeiro-ministro pode ser exonerado no início da legislatura, por moção reprobatória ou de desconfiança do Parlamento ou por iniciativa do presidente da República. A ele compete exercer, com o auxílio dos outros ministros, a direção superior da administração federal, elaborar o plano de governo, expedir decreto e regulamentos, enviar a proposta de orçamento ao Congresso, prestar contas a esse mesmo Congresso, acumular temporariamente qualquer Ministério e decretar estado de calamidade.

Além do Conselho de Ministros, funcionará neste parlamentarismo o Conselho da República, um órgão superior de consulta ao presidente e que se reunirá sob o comando deste. Compõem esse conselho: o presidente, o vice, os presidentes da Câmara e do Senado, o primeiro-ministro, os líderes da maioria e da minoria, o presidente do Tribunal Constitucional e seis cidadãos brasileiros natos, previamente indicados. Cabe ao Conselho da República pronunciar-se sobre a dissolução do parlamento, nomeação do primeiro-ministro, conveniência do referendo, declaração de guerra e de paz, intervenção federal e decretação dos estados de alarme, calamidade e sítio.

Num prazo ainda a ser fixado, as constituições dos estados deverão ser adaptadas ao novo sistema de Governo proposto para vigorar no Brasil, devendo cada governador nomear o seu primeiro-secretário. Essa cláusula virá numa das disposições transitórias sugeridas para a nova Constituição.



Fogaça diz que o presidencialismo está associado à instabilidade política do Brasil

PMDB aprova o novo regime

A fixação do mandato de presidente José Sarney e em quatro anos e a adoção do parlamentarismo misto logo após a Constituição foram sacramentadas dentro do PMDB de manhã, quando o relator da Subcomissão do Poder Executivo e autor das duas propostas, senador José Fogaça (PMDB-RS) levou seus relatórios à casa do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães.

Em reunião de quatro horas, a proposta recebeu o aval da liderança pemedebista, inclusive do anfitrião, que não fez qualquer ressalva, embora há menos de uma semana falasse em cinco anos de mandato. O líder do governo no Congresso, deputado Carlos Sant'Anna, ficou calado.

Quando Fogaça chegou à casa de Ulysses, na Península dos Ministros, foi disposto a brigar pela manutenção de seu texto, tido até aquele instante do partido. "Não vou mudar nada", garantiu na véspera. Nem foi preciso.

O mandato não tem nome. Quem tem nome é o mandatário. Nós precisamos garantir que o mandato de Sarney seja igual aos dos próximos presidentes", limitou-se a dizer Ulysses.

Na verdade, durante o fim de semana, Ulysses já começara a recuar da tese dos cinco anos para Sarney, tanto que desistiu de firmar compromisso nesse sentido, na reunião da manhã de sábado com o presidente e o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Naquele dia, foram publicadas duas pesquisas — do JORNAL DO BRASIL e do Correio Braziliense — com resultados iguais: a

maioria da Constituinte é a favor do mandato de quatro anos, tanto para o atual presidente como para os sucessores. Em ambas, a maioria esmagadora dos entrevistados pertencia ao PMDB.

O parlamentarismo misto, também proposto por Fogaça em seu relatório, recebeu de Ulysses breves comentários, todos elogiosos. "Atende à nossa ideia", disse o presidente do PMDB, que discutira o assunto com Sarney e Aureliano.

"O surpreendente foi Ulysses não ter qualquer reação. Foi formidável", comemorava à tarde no congresso o deputado Pimenta da Veiga (MG), um dos presentes à reunião. Os outros eram, além de Ulysses e Fogaça, os líderes do PMDB na Câmara, deputado Luis Henrique; no Senado, senador Fernando Henrique; na Constituinte, senador Mário Covas; o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna; o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e, ainda, os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), Euclides Scalco (PMDB-PR) e Juthay Junior (PMDB-BA) e o senador Severo Gomes (PMDB-SP).

"A proposta foi razoavelmente bem recebida. Foram feitos muitos elogios", contou, mais tarde, Luis Henrique. "A maioria dos presentes estava ao meu lado e isso era visível", exaltou Fogaça. Fernando Henrique resolveu levar a coisa mais adiante e, à tarde, reuniu a bancada do PMDB no Senado. A proposta de quatro anos foi referendada pelos senadores pemedebistas.

PFL aceita bem a mudança

O líder do PFL na Assembléia Constituinte, José Lourenço, apoiou a proposta da instituição do parlamentarismo no país, assim que seja promulgada a próxima Constituição, como prevê o anteprojeto do senador José Fogaça, (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo.

— Se o presidente da República não tomar urgentemente — para hoje ou amanhã — as medidas que o país reclama, virá mesmo uma saída como essa", — observou Lourenço. "Com os juros bancários, subindo a 45%, como nessa segunda-feira, eu aprovo qualquer coisa que ajude o país a sair do caos."

O deputado João Herrmann, vice-líder do PMDB na Câmara e relator da Subcomissão de Relações Internacionais, não aceita a instituição do parlamentarismo durante o Governo do presidente José Sarney. Ele defende a convocação de eleições gerais para o ano que vem.

— Terminar o Governo com o parlamentarismo é o que o Sarney quer — afirma Herrmann. "Mas acredito que, após a promulgação da nova Constituição, nós devemos convocar eleições, tanto para presidente da República como para o Congresso Nacional. Somente eleições sob o novo texto constitucional os deputados e senadores teriam legitimidade para aprovar um Conselho de Ministros", acredita.

Herrman defende a realização de eleições em agosto ou setembro do ano que vem. Desta forma, ele pretende evitar a coincidência com 15 de novembro, quando serão escolhidos os prefeitos de todo o Brasil.

Para o líder do PDT na Assembléia Constituinte, Brandão Monteiro, é "casuismo" a proposta de instalação de um regime parlamentarista no país logo após a promulgação da Constituição. "Instituir o parlamentarismo durante a vigência do mandato do presidente José Sarney é muito pior do que convocar eleições diretas", ataca Monteiro. "O parlamentarismo seria apenas um artifício do PMDB para se manter no poder, pois, como partido majoritário, indicaria o primeiro-ministro", concluiu.

Parados no cafezinho da Câmara, os deputados Juthay Júnior e Jorge Hage, ambos do PMDB baiano, discutiam o parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), que seria apresentado na Subcomissão do Poder Executivo momentos depois. Para Juthay Júnior — integrante da Subcomissão de Fogaça — a proposta do relator é "inovadora", acabando com os "poderes imperiais" atribuídos, atualmente, ao presidente da República. Jorge Hage, no entanto, preocupava-se com os boatos e comentários que circulavam pelos corredores do Congresso, classificando a proposta como "um pequeno golpe no mandato do presidente Sarney".

José Fogaça O senador que usou "jeans" no plenário

Ele foi o primeiro senador da República a entrar no plenário vestindo calças jeans. Ninguém viu no gesto mais do que uma rebeldia do professor e compositor José Fogaça. Nenhuma liderança vislumbrou que o jovem senador gaúcho (40 anos) pudesse um dia decretar o fim do governo do presidente José Sarney, redigindo o relatório da subcomissão de Poder Executivo da Assembléia Nacional Constituinte.

"Mas o que eles não sabem/não sabem ainda, não é que na minha terra um palmo acima do chão/sopra uma brisa ligeira que vai virar viração" — escreveu Fogaça em parceria com o compositor gaúcho Vitor Ramiel. Ao convencer o comando do PMDB de que o mandato de Sarney deve ser de quatro anos e de que o país precisa de um regime parlamentarista,

Fogaça virou "viração", um vento forte que apanha os gaúchos de surpresa, apesar de emitir sinais para quem quiser perceber.

Sinais de que não se dobraria a pressões na elaboração de seu relatório, Fogaça emitiu. Na tarde de domingo, quando dava os retoques finais em sua mais importante composição, o senador disse a um amigo: "Eu não trabalhei como um cachorro durante um mês para qualquer um vir dizer o que deve estar escrito no relatório". Por "qualquer um" entenda-se o presidente do PMDB, que na mesma manhã declinou sua preferência por um presidencialismo com o Congresso fortalecido.

Fogaça terminou seu relatório na madrugada da segunda-feira, depois de estudar mais de 400 propostas diferentes sobre o regime de governo. Para justificar os quatro anos de mandato, o metódico senador desenhou um gráfico com as tendências de 88 propostas recebidas. A curva do gráfico era inquestionável, e levou para baixo o mandato do presidente. Fogaça foi deputado estadual e, em 82, foi o deputado federal mais votado de Porto Alegre (35 mil votos).



SUPERINTENDENTE INDUSTRIAL

Rio de Janeiro

Estamos nos dirigindo ao mercado eletroeletrônico no sentido de divulgar a abertura da Posição em pauta, mais especificamente aos profissionais responsáveis pela condução de todo o contexto produtivo destas organizações.

A empresa que representamos e a quem estamos assessorando como consultores em contratação de executivos ocupa destacado papel neste segmento econômico empresarial, quer pelo seu dinamismo quer pela tenacidade no desenvolvimento de seus negócios que classificam-na como uma companhia agressiva do ponto de vista técnico profissional.

O executivo que pretendemos identificar deve ter exercido ao longo dos últimos 8 anos a chefia da área industrial em empresas eletroeletrônicas. Esta vivência deve estar fundamentada em empresas nas quais tenha tido como subordinados diretos os departamentos ou setores de produção, P.C.P., suprimentos e engenharia. Como atividade marcante desta trajetória profissional, este executivo deve ter participado ativamente da implantação e organização de novas fábricas e linhas de produtos.

Acrescentando-se a esta experiência, este profissional deve ter dirigido e coordenado o planejamento fabril, custeio industrial e utilização de micros. É igualmente essencial bons conhecimentos de processos industriais para produção em série. Como complementação de atribuições deverá ter formação em engenharia eletroeletrônica, mecânica ou de produção.

Será desejável bons conhecimentos na língua inglesa.

A L&C portanto, estará desenvolvendo um programa de análise e entrevistas entre a nossa diretoria e os executivos interessados que mais se destacarem pelas experiências descritas e, selecionados primeiramente através da remessa de dados pessoais e profissionais à Av. Almirante Barroso, 90 Cjs. 1.117 a 1.120 CEP 20031 Rio de Janeiro Tels.: 240-1245 e 240-1663 sob ref.: 037/87 SDT.

RIO-SÃO PAULO-PORTO ALEGRE



O GRANDE SONHO AMERICANO

Da História de George Washington à Fantasia de Walt Disney



abreu

desde 1840

Agora num Ônibus exclusivo

SAÍDAS:
 Maio 27. Junho 03,24. Julho 01,08,15,22, 29. Agosto 05,26. Setembro 02,23. Outubro 07,28. Novembro 04,25. Dezembro 02,16.

MIAMI
 Suas praias, seus Shopping Centers.

ORLANDO
 O Mundo da Fantasia da Disneyworld e do Futuro do Epcot Center, puro sonho.

SAVANNAH
 A terra da eterna lembrança de "E o Vento Levou".

CHARLESTON
 O berço da Nobreza Americana. Raízes e Famílias.

NEW BERNE
 Todo o charme europeu com aquele toque Suíço na América.

WILLIAMSBURG
 Um resumo da História americana muito bem contada.

PHILADELFA
 O começo de tudo, o encontro da América de ontem e de hoje.

WASHINGTON
 A Casabrancas, o Capitólio, seus famosos Museus.

NEW YORK
 Mil e uma atrações da Capital do Mundo.

Realize este Grande Sonho através da Agência mais Antiga do Mundo.



CANADÁ - OPCIONAL EM ÔNIBUS
 CATEGORIAS DO NIAGARA/TORONTO/MONTREAL/OTTAWA/QUEBEC.

Um circuito em ônibus com duração de 10 dias iniciando e terminando em New York.



CONSULTE-NOS SOBRE CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

S. Paulo: Av. Brig. Faria Lima, 1501 - tel.: (011)210-1666
 Campinas-SP: Rua da Conceição, 289 - tel.: (019)32-6188
 Recife: Rua Aurora, 295 - sala 101 - tel.: (081)222-4599/222-4292
 Salvador: Rua Visc. do Rosário, 3 - s/909 - tel.: (071)242-0731/242-9375
 Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1137 - s/505 - tel.: (051)25-1062
 Curitiba: Rua XV de Novembro, 362 - s/603 - tel.: (041)222-8532
 Belo Horizonte: Rua Goitacazes, 71 - s/1204 - tel.: (031)226-3335

CONSULTE O SEU AGENTE DE VIAGENS

CARTAS

2ª a domingo no 1º Caderno

BANCO CENTRAL DO BRASIL

OFERTA PÚBLICA DE LETRAS DO BANCO CENTRAL

Condições: COMUNICADO DEMOB Nº 744, de 11.05.87
 Entrega do COMUNICADO: no Rio de Janeiro, na ANDIMA (Rua do Carmo nº 7, 3º and.) e nas demais praças nos Departamentos Regionais deste Banco.
 Recebimento de propostas: 12.05.87, na forma e nas condições estabelecidas no Comunicado.
 Rio de Janeiro, 11 de maio de 1987
 DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

COPIADORA é Canon



Decida o tamanho da cópia com

ZOOM

SEM ESCALA DESDE 65% A 142%

Canon NP-155 Rápida e silenciosa. Cópia perfeita o tempo todo.

Garantia de qualidade Canon, com perfeita assistência técnica.

CANON DO BRASIL IND. E COM. LTDA.
 São Paulo - Rua Domingos de Moraes, 1576
 Tel.: 549-5099
 R. de Janeiro - Rua Pedro Américo, 117
 Tel.: 265-6544



FIQUE EM DIA COM O JORNAL DO BRASIL.